

Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho

Cássio Adriano Braz Aquino

Doutor em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid. Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará.

End.: Rua Artur Façanha 75/502, Mucuripe. Fortaleza, CE.
CEP: 60175-130.

E-mail: braz.aquino@uol.com.br

José Clerton de Oliveira Martins

Doutor em Psicologia pela Universidad de Barcelona. Pós-doutor em Estudios de Ócio pela Universidad de Deusto. Professor Titular da Universidade de Fortaleza.

End.: Av. Santos Dumont, 6915, apt. 502. Fortaleza, CE.
CEP: 60190-800.

E-mail: clerton@unifor.br

Resumo

O período Pós-Revolução Industrial foi marcado por uma profunda referência ao trabalho, tanto na estruturação social como na produção do sujeito moderno. Com a crise da sociedade centrada no trabalho, alguns valores e categorias são resgatados e demandam uma nova caracterização. O domínio do trabalho na estruturação social passa a ser questionado e surgem idéias que colocam o

tempo livre, o ócio e o lazer no papel de elementos estruturantes do novo contexto social. Antes de posicionar-se sobre essa passagem de domínio, o texto discute e reflete sobre tais categorias, abrindo uma possibilidade clara de sua territorialização no campo das ciências sociais, e, de forma especial, na sua contribuição a uma nova forma de produção subjetiva.

Palavras-chave: ócio, lazer, tempo livre, trabalho, sociedade.

Abstract

The Post-Industrial Revolution period was labeled by a profound reference to work, in social structure as well as on the construction of modern individuals. With the crisis of the work centered society, some values and categories are rescued and demand a new characterization. The domain of work on the construction of social structure is then questioned and new ideas are born that bring free time, leisure and relaxation as roles on the structural elements of a new social context. Before positioning ourselves about this domain passage, this study discuss and reflects upon such categories, opening a clear possibility of its territorialization on the field of social sciences, and in a special way, on its contribution to a new form of subjective production.

Key words: laze, leisure, free time, work, society.

Introdução

A importância de pensar a articulação entre os conceitos de ócio, tempo livre e lazer no contexto atual se deve, principalmente, ao fato de o trabalho – que ocupou o lugar de atividade central na inserção social e constituir fator fundamental da produção subjetiva ao longo da sociedade moderna – ser questionado como atividade dominante. Essa referência de dominância está caracterizada, principalmente, por ser a atividade laboral o elemento que demarca a estruturação dos quadros temporais das sociedades Pós-Revolução Industrial, tal como afirma a sociologia do tempo¹ e, de forma destacada, os teóricos contemporâneos dos tempos sociais (Roger Sue, Gilles Pronovost, Giovanni Gasparini, Ramos Torre, dentre outros).

A partir das teorias dos tempos sociais, surge, então, uma pergunta que parece crucial para reiterarmos a importância de ca-

racterizar esses três conceitos, que dão título ao artigo, a saber, ócio, tempo livre e lazer. Considerando que, ao longo da sociedade industrial, foi o trabalho a atividade que ocupou a centralidade na organização da temporalidade social, seria o ócio a atividade que ocuparia na sociedade pós-industrial o lugar que foi ocupado pelo trabalho na sociedade industrial? A atividade social e o tempo que a demarca precisam ser postos em discussão para que tenhamos elementos para a formulação de uma análise crítica do contexto social em que hoje vivemos.

O fator temporal passa por metamorfoses significativas, iniciadas no momento em que o homem resolve medir o tempo cotidiano e quantificar o tempo social na sociedade industrial, chegando à comercialização do próprio tempo, que se torna uma mercadoria e passa a ter valor econômico.

Neste espaço, surge a pressa como um fenômeno típico da atualidade e como mola mestra para os avanços tecnológicos que fabricam equipamentos para se poder ganhar mais tempo.

Os telefones celulares, o fax, o *pager*, a internet, entre outros, são mecanismos que marcam essa busca incessante por mais tempo, porém, paradoxalmente, o homem termina por preencher esse tempo disponível com mais atividades e afazeres.

No caos entre necessidades econômicas e existenciais, o homem contemporâneo se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, poder usufruir um tempo para si.

No entanto todo processo de educação/formação/orientação da sociedade moderna gerou os valores da atual sociedade do consumo, não contempla a orientação para ser/existir num tempo de “nada fazer”².

A maior ou a menor variação desse tempo na vida dos indivíduos organiza-se e estrutura-se de acordo com padrões assimilados sobre como se deve dispor o tempo para as diversas atividades, além de como o sujeito valora o sentido do tempo cotidiano para si. Desta maneira, as diferentes formas de sentir, pensar, agir e estabelecer o tempo seguem padrões culturais que se refletem na ação do sujeito.

Munné (1980) apresenta uma tipologia do tempo social, que se revela através de quatro tipos fundamentais: o primeiro é o **tempo psicobiológico**, que é ocupado e conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas elementares, o que engloba o tempo de sono, nutrição, atividade sexual etc. Esse tempo se condiciona endogenamente, é um tempo individual.

A segunda tipologia seria o **tempo socioeconômico**, que diz respeito ao tempo empregado para suprir as necessidades econômicas fundamentais, constituídas pelas atividades laborais, atividades domésticas, pelos estudos, enfim, pelas demandas pessoais e coletivas, sendo que esse tipo de tempo está quase que inteiramente heterocondicionado, somente sendo autocondicionado nas circunstâncias que visam à realização pessoal.

A terceira tipologia seria o **tempo sociocultural**, sendo aquele dedicado às ações de demandas referentes à sociabilidade dos indivíduos que se refere aos compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidos pela sociedade e objeto maior de sanção social. Esta categoria de tempo tanto pode ser heterocondicionado como autocondicionado, podendo existir um equilíbrio entre os dois pólos.

Finalmente, o autor apresenta a quarta categoria, o **tempo livre**, que se refere às ações humanas, realizadas sem que ocorra uma necessidade externa. Neste caso, o sujeito atua com percepção de fazer uso desse tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo.

O tempo livre deveria ser um tempo máximo de autocondicionamento e mínimo de heterocondicionamento, isto é, ser constituído por aquele aspecto do tempo social, em que o homem conduz com menor ou maior grau de nitidez a sua vida pessoal e social.

No entanto, neste tempo que poderia ser um tempo voltado para o ócio mais verdadeiro, o consumismo termina por deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados.

Encontra-se na literatura que é preciso educar os sujeitos não só para perceber os meandros do trabalho, mas também para os mais diversos e possíveis ócios, significa ensinar como se evita

a alienação que pode ser provocada pelo tempo vago, tão perigoso quanto a alienação derivada do trabalho (De Masi, 2000, p. 326).

Segundo Muller (2003), a educação costuma sonegar o direito ao ócio; observa-se que as escolas tendem a preparar a criança para a importância da profissão e do trabalho no futuro, isto é, preparam crianças e jovens para a vida adulta moldada pelo trabalho, porém não há orientação nesse processo para o uso adequado do tempo de ócio, um fator de vital importância para a edificação de um indivíduo equilibrado. Isso porque a escola, dentro de uma concepção moderna, está profundamente demarcada pelo paradigma da produção industrial, reiterando que atividade social dominante e determinante da configuração social é o trabalho.

O aspecto educativo também se volta para a qualificação do trabalhador, mais dirigido para a questão de execução de tarefas, limitando seu potencial criativo, submetendo-o ao limite de suas habilidades, àquela ou a esta função.

Em **Elogio ao Ócio**, Russell critica de forma categórica a concepção estritamente utilitária da educação, afirmando que esta ignora as necessidades reais dos sujeitos e que os componentes culturais na formação do conhecimento se ocupam em treinar os indivíduos com meros propósitos de qualificação profissional, esquecendo, desta maneira, os pensamentos e desejos pessoais dos indivíduos, levando-os a ocuparem boa parte de seu tempo livre com temas amplos, impessoais e sem sentido (2002: 37).

Sobre ócio, tempo livre e lazer.

A compreensão do conceito de ócio surge na contemporaneidade, um pouco obscura, haja vista a amplitude que o termo possibilita pelos sentidos diversos que toma, de acordo com as realidades de abordagens e interesses intrínsecos.

Em nossas investigações, encontram-se três termos que, cotidianamente, aparecem como sinônimos, inclusive, muitas vezes, especialistas os utilizam como equivalentes. No entanto, sabe-se que tais termos possuem diferentes sentidos e, para seguir em frente, melhor esclarecer. Os termos são: ócio, tempo-livre e lazer.

Como se pode observar, no Brasil, no sentido corriqueiro, as palavras ócio e lazer aparecem como semelhantes. O termo tempo livre também está carregado dos mesmos sentidos, embora fique evidente, já nas primeiras aproximações, que os fenômenos lazer e ócio necessitam de um tempo liberado ou livre e resguardam relação com liberdade.

Estudos atuais evidenciam que ambos são muito diferentes pelo contexto de liberdade que invocam. No caso, um se apresenta na dinâmica social brasileira carregado dos valores do capital, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho. O outro envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade supostamente, longe de ser alcançada, haja vista a própria dinâmica socioeconômica preponderante.

Em Munnè (1980) e Gómez (1992), encontra-se que existe uma relação forte da palavra ócio em espanhol com a palavra grega *scholé*, carregada do sentido de um lugar para o livre desenvolvimento individual. Remonta ao processo educativo daquela civilização. Gómez (1992) sugere que nesta palavra grega está a origem etimológica e sentido primeiro da palavra “escola” em vários idiomas modernos, como: *school* no inglês, *école* no francês, *escuela* no espanhol e “escola” no português.

O termo lazer é atualmente utilizado de forma crescente, podendo ser empregado em sua concepção real ou ser associado a palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação, porém o sentido do lazer é tão polêmico quanto a origem e o sentido do termo ócio.

Compreende-se que a palavra lazer, no Brasil, resguarda seu sentido relacionado à sociologia do lazer de Dumazedier (1972; 1979), que levou à vulgarização da teoria dos três “D’s”.³

Por outro lado, a palavra ócio resguarda valores negativos apregoados pela influência religiosa puritana, pela própria história da industrialização e modernização brasileira, ao longo da qual se pode observar, claramente, o surgimento de uma nova ordem entre empresários e empregados, operários e patrões e a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho, para garantir a ordem numa sociedade elitista, herdeira de valores colonialistas.

Faz-se necessário declarar outra fonte de equívocos na compreensão dos referidos termos no Brasil. Trata-se das traduções de obras originadas da produção científica espanhola e italiana que trazem a utilização do termo ócio com o mesmo sentido atribuído ao termo lazer, basta observar a obra de Domenico de Masi (2000; 2001), difundida no Brasil intensivamente, a partir da década de 90. E ainda outras, como Puig e Trilla (2004), De Gracia (1966), apenas para citar algumas.

Sabe-se que, nas sociedades pré-industriais, as atividades lúdicas, hoje atribuídas ao lazer, estavam ligadas ao culto, à tradição, às festas e não existia de fato o lazer em si, pois as atividades de trabalho envolviam ludicidade e prazer criativo.

O trabalho e o lazer se intercalavam no cotidiano do indivíduo. O trabalho e o tempo subjetivo eram difíceis de serem percebidos separadamente, pois ambos possuíam intrínsecas relações. É curioso perceber que, em sociedades onde a industrialização não foi hegemônica, essa relação do caráter lúdico e criativo, que hoje se associa ao lazer, está presente em atividades laborais, que não compõem o modelo industrial de produção.

Elungu (1987), ao discorrer sobre a estrutura temporal em algumas sociedades africanas, fala da dificuldade de adaptação de tribos ao modelo de divisão do tempo imposto pela organização produtiva industrial, e, conseqüentemente, a resistência dos indivíduos a desvincular sua atividade produtiva dos prazeres lúdicos. Em algumas dessas sociedades, não há categorias distintivas entre o trabalho e o lazer.

O ócio é tão antigo quanto o trabalho, porém, somente após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, é que foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espaco de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental.

Lazer é uma palavra muito presente na realidade brasileira e percebe-se, a partir da literatura investigada, a influência marcante do sociólogo francês Dumazedier, como já se evidenciou. Assim, lazer tomou o sentido de

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Requixa, 1976 p. 33).

De acordo com Dumazedier (1972,1979), o lazer é exercido à margem das obrigações sociais em um tempo que varia segundo a forma de intensidade de engajamento do mesmo em suas atividades laborais. O lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. Por outro lado, o ócio, representa algo mais do que essas categorias, ele está no âmbito do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo estes fatores não condicionados inteiramente pelo social e sim pelo modo de viver de cada um, relacionado com o prazer da experiência.

O sociólogo Renato Requixa compreendeu “lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivência e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social” (1977, p. 11). O autor ressalta que o ambiente urbano industrial permitiu que o trabalhador fosse dispoondo de um tempo verdadeiramente livre e com tendência a aumentar. Entende-se que seu estudo se faz importante para o pensamento sobre o lazer no Brasil, pois orienta rumo à compreensão de que o tempo livre é um elemento indispensável para o desenvolvimento do lazer e do homem.

Outro pesquisador brasileiro de destacada produção e que leva sua linha de pensamento a partir das teorias de Dumazedier é Marcelino (1983). Este pesquisador mostra o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória. Para Marcellino, a democracia política e econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para uma verdadeira cultura popular; para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e práticas culturais.

Ainda a partir de Dumazedier, Camargo (1989) conceitua o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Observa-se, nas definições citadas, que o caráter liberador do lazer é resultado da livre escolha, embora esta não exista de forma absoluta, uma vez que a livre escolha está marcada por condicionamentos diversos, sobretudo os socioeconômicos.

Novos investigadores surgem aportando abordagens críticas aos estudos do lazer no Brasil, explicitando a necessidade de visualizar o fenômeno como fruto de um processo econômico social específico brasileiro, chamando atenção para a necessidade de observar o fenômeno enquanto elaboração social, orientado pela dominação, alienação produzida pela relação capital-trabalho da qual, segundo suas afirmações, não se deve fugir.

Nesse sentido, ressalta-se o trabalho de Mascarenhas (2005) e Marcassa (2002), em que se observam colocações como esta:

[...] sobre o que é o lazer, é comum ainda encontrarmos respostas que o associam à participação e ao desenvolvimento, dentre outras possibilidades que evidenciam seu potencial formativo, mas o fato é que tendencial e predominantemente o que ele constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que, involucralmente, incitam o frenesi consumista que embala o capitalismo avançado. (...) o que estamos querendo dizer é que num movimento como nunca antes se viu o lazer sucumbe de modo direto e irrestrito à venalidade universal. A mercadoria não é apenas uma exceção no mundo do lazer como antes, mas sim a regra quase geral que domina a cena histórica atual (Mascarenhas, 2005, p.141).

No trabalho de Mascarenhas (2005), encontra-se referência ao trabalho de Marcassa (2002) sobre a invenção do lazer no Brasil, em que relaciona o fenômeno com a internacionalização do capital,

[...] quando, em fins do século XIX, início do XX, o incipiente projeto de modernização e industrialização promove a supressão do trabalho compulsório, firmando bases sobre a exploração do trabalho livre. Vincula-se, além disso, ao impulso dado à urbanização das cidades e às iniciativas de racionalização da política. Associado à tradição colonial, o lazer vai sofrer todo o tipo de intervenção e controle, submetido a um tipo de condenação moral que buscava ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista. Como esclarece a autora, o lazer constituía-se como expressão de uma ação deliberada de amoldamento da subjetividade proletária, um processo de institucionalização da vida cultural que atingiu em cheio a formação social dos trabalhadores na direção do aburguesamento da sociedade, banindo assim experiências não alinhadas à nova disciplina do trabalho (em Mascarenhas, 2005, p. 230-231).

A palavra *ócio*, derivada do latim *otium*, significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranqüilidade, possuindo também sentido de ocupação suave e prazerosa, porém, como *ócio*, abriga a idéia de repouso, confunde-se com ociosidade.

Com a Revolução Industrial, um novo conceito de *ócio* se torna evidente, um conceito oposto ao de *ócio* contemplativo grego, impregnado da mentalidade puritana, “pai de todos os vícios”. Desta forma, o trabalho se torna a fonte de todas as virtudes, e a jornada de trabalho aumenta de maneira assustadora, gerando, assim, descompensações psicossomáticas na grande maioria das pessoas, conforme defendem Paul Lafargue e Bertrand Russell (em De Masi, 2001), ferrenhos críticos da mistificação do trabalho e de seu excesso desnecessário.

O *ócio*, na atualidade, tem sido fonte de polêmica. Sabemos que a redução da jornada de trabalho gerou o tempo livre, assim como a problemática com relação a sua utilização adequada.

Para Herbert Marcuse (1975), o ócio foi manipulado de tal maneira que se tornou um mecanismo gerador de idéias consumistas, ou seja, ócio foi utilizado para a criação de falsas necessidades materiais. Devido a este fato, temos, hoje, a preponderância do Ter sobre o Ser, que gera uma desmedida ambição por prosperidade.

A década de 90 coloca a palavra ócio em moda no Brasil, fruto das publicações do sociólogo Domenico de Masi, que aprezo sua idéia de ócio criativo como um modelo a ser perseguido por pessoas e organizações, na busca de um modo de viver e trabalhar criativamente, a partir da redução do tempo de trabalho, descentralização da empresa enquanto lugar de trabalho e do surgimento de uma nova economia centrada no novo tempo livre.

Em nota da investigação de Mascarenhas (2005), encontra-se que

[...] no campo do lazer, a razão instrumental implícita à noção de ócio criativo é pioneiramente percebida em pesquisa realizada por Marcellino. Para este autor, a abordagem de De Masi é marcada por valores utilitaristas e compensatórios. Ocorre que De Masi não concebe o ócio criativo nem como compensação escapista às insatisfações do trabalho e nem como instrumento para a recuperação da força de trabalho, mas, sim, como o próprio trabalho, supostamente, colonizado pelo ócio, isto é, o trabalho criativo que, ao mesmo tempo, confunde-se e iguala-se ao ócio criativo (p. 216).

Não se quer, aqui, defender ou atacar este ou aquele pensamento. Pretende-se demonstrar as principais idéias sobre o fenômeno ócio e lazer que interferem na compreensão geral do tema no Brasil.

O ócio é livre, o “tempo livre”, não.

O tempo livre e o ócio são tomados, muitas vezes, como fazendo referência a um mesmo fenômeno social. Não obstante, são conceitos que têm naturezas distintas. O tempo livre, especificamente, é um conceito que remete a muitos equívocos, pois, ao referir-se ao qualificativo ‘livre’, pressupõe diretamente uma alu-

são a um tempo de ‘não-liberdade’ ao qual se opõe. Tempo livre de quê? Poderíamos perguntar. Em realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. Essa noção de um tempo livre do trabalho conduz a uma concepção negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral. Há que reconhecer que o tempo livre, no contexto atual, é uma referência temporal e implica uma divisão da ‘unidade’ do tempo que se opõe ao tempo de trabalho.

Ainda que para muitos o tempo livre seja tomado como uma atividade, ele, a diferença do ócio, é uma referência temporal, que adquire, pelo qualificativo ‘livre’, uma complexidade que o faz confundir-se com ação.

Essa concepção é importante, pois, se a partir da modernidade a idéia de tempo livre passa a ser mais difundida, a referência anterior, mais genérica, era de ócio. Historicamente e pelo critério de atividade, é o ócio que se opunha ao trabalho.

O tempo livre, tal como o concebemos hoje, adveio da natureza cronológica que atinge o apogeu pós-revolução industrial. É da liberação do tempo que devia ser dedicado ao trabalho, que emerge a noção do tempo livre. Aí estão implicadas algumas variáveis. A primeira delas é que a liberdade, tomada como exercício temporal, não podia ser exercida no trabalho, pelo menos na concepção de trabalho industrial, uma vez que a organização produtiva pressupunha uma sincronização, que ainda não havia sido experimentada de forma generalizada em outros momentos da história. A segunda é que a liberdade de constituir-se como sujeito estava limitada pelo processo de alienação imposto pela produção capitalista. Como destaca Bacal (2003), o tempo livre surge da liberação de parcelas de tempo do trabalho, quando poderiam ser desenvolvidas atividades relacionadas à sobrevivência física e social do indivíduo, mas, ainda assim, atreladas à noção do trabalho.

Na Antiga Grécia, trabalho e ócio figuravam como conceitos antagônicos e com valores muito distintos dos que se conhecem hoje. Se, hoje, a temporalidade é o recurso da cisão entre trabalho e ‘não-trabalho’, ali, segundo Aristóteles, o ócio era um estado, ou seja, era uma condição de liberdade relativa à neces-

sidade de trabalhar. O tempo livre, a partir do seu viés industrial, dá passo também ao surgimento da compreensão do lazer, que passa a ser concebido como uma atividade que tem sua base ancorada na existência de um tempo livre, fomentado e reconhecido legalmente, e que poderia ser exercido autonomamente pelos trabalhadores, tendo por base sua condição socioeconômica e seus valores sociais.

É na articulação do lazer ao contexto da sociedade industrial, que há uma forma de ‘subversão’ de valor da atividade. Se há, para alguns, uma identidade absoluta entre a noção de lazer e ócio, talvez se instaure no elemento da autonomia o diferencial entre essas duas categorias, pelo menos na mediação do tempo como elemento articulador. Não há no ócio qualquer conotação de atividade que persiga outro fim. O ócio é a atividade que traz em si a própria razão do seu fim.

Na contemporaneidade, a noção de tempo se vê bastante alterada. Nós, que estávamos profundamente acostumados ao tempo como constante objetiva, somos instados a pensá-lo também como categoria relativa e subjetiva, daí o desafio que se nos apresenta de refletir sobre categorias como tempo livre, ócio e lazer, principalmente, quando estas, na modernidade, elegeram, na firmeza de um conceito determinista de tempo, sua segurança conceitual.

Com certeza, a história vai seguir registrando o que se vai experimentando na realidade e tornando-se teoria. Talvez seja importante recuperar, aqui, a idéia de Elias (1997), que discorre sobre elementos de síntese complexa, no sentido de que algumas idéias se acumulam, não perdendo tradições, mas incorporando sentidos e se reconfigurando.

Ócio: uma abordagem a partir da experiência subjetiva

Segundo Cuenca (2003), o ócio constitui uma experiência gratuita, necessária e enriquecedora da natureza humana. Desde Aristóteles e, até hoje, filósofos e teóricos, ao tentarem precisar a natureza do ócio, relacionaram este a percepção de felicidade. Na sua compreensão, o ócio, do ponto de vista individual, tem re-

lação com a vivência de situações e experiências prazerosas e satisfatórias.

O ócio, na visão do referido pesquisador, pode ser estudado e analisado sob duas perspectivas

do ponto de vista objetivo se confunde com o tempo dedicado a algo, com os recursos investidos ou, simplesmente, com as atividades. Do ponto de vista subjetivo, é especialmente importante considerar a satisfação que cada um percebe na experiência vivida (Cuenca, 2003:15).

Em termos subjetivos, a palavra ócio é sinônimo de ocupação desejada, apreciada e, é claro, resultado da escolha livre. É interessante ressaltar a atenção posta no significado atribuído por quem vivencia a experiência de ócio.

O ócio integra a forma de ser de cada pessoa sendo expressão de sua identidade, sendo que a vivência de ócio não é dependente da atividade em si, nem do tempo, do nível econômico ou formação de quem a vivencia, mas sim está relacionada com o sentido atribuído por quem a vive, conectando-se com o mundo da emotividade.

A subjetividade adquire, assim, um papel importante nesse desafio proposto de (re)significar e dar sentido a conceitos como o de ócio, lazer e tempo livre. Parece importante ressaltar que o conceito de subjetividade surge de forma mais clara a partir da modernidade e, como destaca Figueiredo (1994), deve sua aparição às grandes rupturas, ao final do século XV, e às intensificações das diversidades. Isso levou às tentativas de ordenação sob o domínio da razão e à construção do que se denomina sujeito moderno. No final do século XIX, esse 'sujeito moderno' começa a sofrer as primeiras descentrações que levam ao princípio da sua derrocada. Como acentua Figueiredo (1994), a percepção por parte dos homens de que não são tão livres nem singulares os leva a refletir sobre as causas e significados de tudo que pensam, fazem e sentem. Esse é também o momento da reconfiguração de uma série de conceitos que haviam sido construídos, ao longo desses quase quatro séculos, e o ressurgir de conceitos praticamente abandonados, foi assim com o tempo, o ócio e o lazer.

Para se compreender o ócio, é necessário recuperar algumas informações sobre aspectos relacionados à sua essência: o jogo (lúdico), a festa, a criatividade, a participação voluntária, a satisfação, a felicidade, o autodesenvolvimento, a integração solidária etc. É também interessante refletir sobre as possibilidades práticas de ócio: cultural, esportiva, recreativa, turística, a partir de sua concepção e valorização através do tempo.

Sugere-se, para a compreensão do ócio, uma leitura unificada de todas estas dimensões. Segundo Cuenca (2003), o caminho disciplinar não é o único meio de acesso ao conhecimento; sabe-se que as disciplinas acadêmicas que aparecem, hoje, como clássicas e tradicionais nas universidades e dentro do universo científico em um tempo passado não existiam como tais.

Os estudos sobre o ócio representam a afirmação de um modelo aberto com aproximações epistemológicas e metodológicas múltiplas baseadas em contínuas e diversas análises, métodos e recursos de diversas disciplinas que compartilham seu objetivo de conhecimento sobre o ócio. No entanto, trata de esclarecer o que na interdisciplinaridade, que envolve o ócio, compete ao campo específico de cada disciplina, na explicação e compreensão do fenômeno (op. cit).

O ócio faz parte da reflexão específica das ciências sociais que se caracterizam por disciplinas não consensuais. Isso quer dizer que nunca se encontrará uma conceituação de ócio por meio de acordos entre investigadores.

Assim, uma das características dos estudos de ócio é a carência de consensos generalizados em suas abordagens básicas. No entendimento de Cuenca (2003), tal fato não representa um problema, quando se trata da reflexão teórica do ócio, que, por si, representa um objeto numa realidade complexa e mutável com vínculos no social, no subjetivo e no tradicional.

Atualmente, falar em ócio é algo complexo e nos remete a muitas possibilidades:

[...] Para uns o problema se reduz aos usos do tempo ou ocupação. Para outros vem a ser práticas de atividades não obrigatórias, desejadas e queridas. Outros,

por fim, falam do ócio a partir dos parâmetros das cifras econômicas. Os jovens entendem que viver o ócio é um direito democrático, semelhante a outros cada vez mais utópicos, como é o direito ao trabalho. Um cidadão de um país desenvolvido não saberia viver sem televisão, esporte, cultura, viagens, música moderna ou férias. O século XX desenvolveu um novo tempo social centrado no ócio, cuja transcendência está ainda, por ser descoberta (Cuenca, 2003, p. 31).

Falar em ócio obriga a ressaltar sua importância social e econômica a partir de suas práticas, atividades e vivências. Da mesma forma, sobre a incidência que sua prática tem na destruição e construção de valores e comunidades. Certamente, deve-se estar consciente dos malefícios que uma política econômica centrada apenas no lucro da exploração de atividades consumistas e esvaziadas de valor, fruto da ausência de uma educação para utilização e escolha de ócios positivos, pode levar a práticas consideradas como “negativas” de ócio.

[...] Diante do mundo de evasão, distração espetáculo que nos rodeia, o ser humano se torna cada vez mais limitado, cada vez mais dependente das máquinas, menos ator e mais espectador de uma realidade irreal. Falar de ócio se transforma neste contexto, num questionamento de cada um consigo mesmo, de como ser um pouco mais livre para fazer o que se quer. (...) a vivência de ócio é uma experiência que nos ajuda a nos realizar, nos conhecer, nos identificar, nos sentir melhores, sair da rotina, fantasiar e recuperar o equilíbrio das frustrações e desganhos (Cuenca, 2003, p. 32).

O conceito de ócio atual revisa o que a produção européia resguarda a partir da experiência grega, ressaltando outras funções do ócio, como a libertadora, a criadora e a contestadora.

A partir da década de 80, os estudos de Roger Sue contribuem com a idéia de que, independente das teorias que possam existir, há uma série de funções que se manifestam como consequência da experiência de ócio.

Sue (em Cuenca, 2003) organiza as funções do ócio em três grupos: **psicológicas, sociais e econômicas**. No grupo das funções psicológicas, inclui as funções de desenvolvimento, diversão e descanso já tratadas em Dumazedier, compreendendo que tais funções atendem, **parcialmente**, à compensação das perdas humanas pelo trabalho, no entanto, possibilitam **equilíbrio psicológico ao indivíduo**. As funções sociais estariam relacionadas com a integração social, o simbolismo e a terapia.

Com relação à socialização, coloca que as condições de trabalho, na atualidade, a urbanização intensa e as novas formas de viver geraram um empobrecimento da comunicação interpessoal e, conseqüentemente, um isolamento que, no ócio, encontra um contraponto.

A função simbólica sinaliza que o ócio oferece a percepção de identidade, pertencimento a uma categoria social, além de uma afirmação pessoal com relação aos demais, através da escolha de atividades de diversão. A função terapêutica considera que o ócio oferece a possibilidade de contribuir para a manutenção da saúde física e mental.

Dentro do grupo das funções econômicas, ressalta a crescente observação de gastos pessoais, familiares com atividades de ócio, bem como a incidência do ócio na economia e vice-versa. Assim, Sue pergunta diante de toda a possibilidade que o ócio oferece: o que é o ócio? Consumo ou alienação?

Nas formas de divertimento moderno, o ócio está completamente colonizado pelo consumo, o que caracteriza uma experiência alienada. Por este motivo, a função econômica do ócio é ambígua. Os gastos ativam o sistema produtivo, mas as práticas que não implicam custo, não são amparadas pela política econômica (Sue em Cuenca, 2003).

Ócio: vivência humanista e experiência integral

Uma das relações mais observadas no fenômeno do ócio é atribuí-lo ao tempo. Para Cuenca (2003), o ócio jamais pode ser identificado com tempo, uma vez que o tempo, em si, não define a ação humana. A identificação que se produziu entre ócio e tempo livre é um produto dos estudos da sociologia, difundidos a partir

da segunda metade do século XX e até os anos 80 do mesmo século. Tal fato dificultou a compreensão do ócio, por não incluir a percepção psicológica.

Apenas com o tempo livre não se pode falar do que seria uma experiência de ócio, o tempo constitui uma coordenada vital para qualquer ato humano, a expressão tempo livre se torna importante nesta relação, pela palavra **livre** que sugere relação com o exercício humano de identidade, reconhecimento, auto-reconhecimento e vontade. A partir destes enfoques psicológicos, o ócio vem sendo definido como “liberdade de escolha” (op. cit).

Desta forma, o tempo e a atividade em si não podem determinar uma experiência de ócio. A ação é uma referência que, com a percepção de quem a realiza, pode ou não ser uma vivência de ócio.

[...] a vivência humanista do ócio é ou deveria ser uma experiência integral e relacionada com o sentido da vida e os valores de cada um. Isso pode ocorrer graças à formação. A pessoa formada é capaz de converter cada experiência de ócio numa experiência de encontro. Cada encontro é uma re-criação que proporciona vontade de viver (Kriekemanns em Cuenca, 2003 p. 63).

Infere-se, então, que a vivência de ócio possibilita contextos experienciais que podem ser âmbitos para a recriação ou não. Porém, o ócio humanista se diferencia de outras vivências por sua capacidade de sentido e potencialidade de encontros criativos que levam ao desenvolvimento pessoal.

Na conjuntura atual, compreender o ócio como um valor torna-se difícil sem um processo de informação. Desta forma, a compreensão do ócio humanista não é algo que se desenvolve sozinho, tratando-se, pois, de uma vivência que se desenvolve pela aquisição de conhecimentos. Quanto mais informação sobre o ócio e seus valores para a pessoa e para a sociedade, mais capacidade de compreendê-lo, buscá-lo e vivê-lo.

O pensamento sobre ócio humanista encontra-se refletido no pensamento dos anos 1990. Como reflexo desse pensamento, citam-se as declarações mundiais realizadas pela *World Leisure*

and Recreation Association (WLRA), como a **Declaração de Educação para o Ócio** e a **Declaração de São Paulo de 1998**. Nestas referências, o ócio se define como um direito do ser humano, área específica da experiência, âmbito da liberdade, recurso do desenvolvimento pessoal e social, fonte de saúde e bem-estar (Cuenca, 2003, p. 70).

O ócio como experiência humana está relacionado a valores e significados profundos, apenas assim pode o ócio ter sentido enquanto experiência significativa positiva, fonte de desenvolvimento e prevenção à ociosidade negativa, ou ócios nocivos.

É possível distinguir uma experiência comum e a verdadeira experiência. Dewey (1949, em Cuenca, 2003) acrescenta que a experiência comum se relaciona com qualquer ação da vida; trata-se de um fato que se toma como corrente, banal.

A experiência de viver está repleta de experiências. Por outro lado, algumas experiências fogem dessa percepção cotidiana e vulgar pelo sentido da subjetividade envolvida, escolha desejada, encontro permitido. Esses detalhes mudam todo o sentido da experiência e estas provocam transformações em quem as vivencia, estas são as experiências chamadas verdadeiras.

Csikszentmihalyi (1998 em Cuenca, 2003), pesquisador da Universidade de Chicago, em suas pesquisas, chama a este mesmo fenômeno de “experiência ótima”, acrescentando que, quando uma pessoa passa por uma vivência como essa, uma das metas centrais do *self* será seguir experimentando-a ou voltar a buscar outras semelhantes, convertendo-a em uma influência tão significativa quanto a cultura ou a genética.

Reflexões finais

A evolução dos tempos nos leva a muitas possibilidades de compreensão do ócio. Entre tempo voltado para o restabelecimento da força e as várias experiências possíveis na compreensão multidisciplinar de Cuenca, o ócio reaparece como estudo importante, representando um pensamento alinhado ao desejo do sujeito contemporâneo, um ser exausto de consumir sem um sentido seu, levado pela mídia, pela moda, pelos outros, para o material.

Encontramo-nos entre movimentos atuais como o “Slow Food” no âmbito internacional e a “Simplicidade voluntária” no Brasil, em que as pessoas questionam suas opções e travam lutas de cunho ecológico em prol de “um tempo mais tranquilo”, na busca de um tempo para si, novos hábitos, novas formas de consumir etc. Essa idéia de tempo substitui a lógica linear e cronológica e abre espaço para a compreensão da duração, que é plural.

A centralidade do tempo contemporâneo, ainda no tempo de trabalho, dá vez a um sujeito longe de sua liberdade, criação e desejo, convocando a continuidade da atenção em um tempo a ser conquistado para a expressão das subjetividades contemporâneas diluídas em tempos de vazio.

Notas

1. A sociologia do tempo, tal como discorre Pronovost (1996), é compreendida como um campo de estudos da sociologia que visa ao estudo da estruturação do tempo nas sociedades, tomando-o como referente de organização social e não apenas como dimensão onipresente.
2. O tempo de “nada fazer”, expresso neste texto, representa, na compreensão dos autores, o tempo verdadeiramente livre que se pode dispor. Neste tempo, o sujeito experimenta a sensação de vivenciá-lo sem nenhum tipo de pressão ou compromisso com produtividade. É um tempo de compromisso consigo mesmo, pleno de autocondicionamento.
3. Em linhas gerais, Dumazedier, em sua elaboração sobre o que é lazer, o coloca como âmbito do Descanso, da Diversão e do Desenvolvimento num tempo liberado de obrigações, daí a relação a 3 “D’s”.

Referências

- Ayuso, C. de la Cruz. (2002). *Educación del ocio: Propuestas internacionales* (Documentos de Estudios de Ocio, Num. 23). Bilbao, España: Instituto de Estudios de Ócio/Universidad de Deusto.
- Bacal, S. (2003). *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph.

- Cuenca, M. C. (2003). *Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio* (Documentos de Estudios de Ocio, Num.16). Bilbao, España: Instituto de Estudios de Ocio/ Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. C. (2004). *Pedagogia del ocio: Modelos y propuestas*. Bilbao, España: Universidad de Deusto.
- Camargo, L. O. L. (1989). *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense.
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.
- De Masi, D. (2001). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante.
- De Masi, D. (2003). *O futuro do trabalho: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial* (Y. A. Figueiredo, Trad., 7a ed.). Rio de Janeiro: Sextante.
- Dejours. C. (1992). *A loucura no trabalho: Estudo de trabalho* (5a ed. ampl.). São Paulo: Cortez.
- Dejours. C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dewey, J. (1968). *La ciencia de la educacion* (6a ed.). Buenos Aires, Argentina: Losada.
- Dumazedier, J. (1973). *Lazer e cultura popular* (M. L. S. Machado, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1980.). *Valores e conteúdos culturais do lazer* (R. M. Vieira, Trad.). São Paulo: Sesc.
- Elias, N. (1997). *Sobre el tiempo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- Elungu, P. E. (1987). *Tradition africaine et rationalité moderne*. Paris: L'Harmattan.
- Figueiredo, L. C. (1994). *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação: 1500-1900*. São Paulo: Educa.
- Gaelzer, L. (1979). *Lazer: Benção ou maldição?* Porto Alegre, RS: Sulina.

- Gómez, J. C. R. (1992). *Crítica de la economía del trabajo*. Bogotá, Colombia: Universidad Externado de Colombia.
- Marcellino, N. C. (1983). *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Papirus.
- Marcellino, N. C. (1987). *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papirus.
- Mascarenhas, F. (2005). *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n].
- Munné, F. (1980). *Psicosociologia del tiempo libre: Um enfoque crítico*. México, DF: Trilhas.
- Puig J. M., & Trilla, J. A. (2004). *Pedagogia do ócio*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Requixa, R. (1976). *As dimensões do lazer* (Caderno de Lazer, doc. 1). São Paulo: Sesc.
- Requixa, R. (1977). *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Requixa, R. (1980). *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Sesc.
- Russell, B. (2002). *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante.

Recebido em 6 de junho de 2007

Aceito em 27 de julho de 2007

Revisado em 8 de agosto de 2007